

**ARQUIVOS E ARQUEOLOGIA.  
Uma cooperação de fontes.**





*Resumo: Pode parecer difícil, pelo menos à primeira vista, fazer entroncar duas áreas de conhecimento aparentemente tão distintas como a arqueológica e a arquivística. Este facto advém, sobretudo, de a arqueologia ser frequentemente relacionada com monumentos pré e proto-históricos ou clássicos.*

*Na verdade, os arqueólogos sempre se viram obrigados a confrontar os seus dados com as fontes escritas. Durante as escavações em Tróia, Schliemann releu inúmeras vezes os textos homéricos e, ainda hoje, os clássicos latinos, como Plínio-o-Velho, são fundamentais para entendermos a arqueologia romana em Portugal.*

*A crescente intervenção arqueológica em imóveis classificados, como castelos e igrejas, assim como as cada vez mais frequentes escavações em ambiente urbano, obrigam os arqueólogos a procurar novos dados sobre as suas descobertas.*

*Os arquivos são, nestes casos, fontes de informação preciosíssima para a investigação arqueológica. A sua documentação permite-nos conhecer melhor os espaços habitados em tempos remotos e, com sorte, saber o nome das pessoas que aí viviam, as suas profissões... os seus hábitos.*

*Em suma, as fontes produzidas pela arqueologia e as existentes nos arquivos cooperam na busca de um saber histórico mais global.*

“Os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da acção humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana.”  
(Childe, s.d., p. 9)

## 1. INTRODUÇÃO

Os termos arquivo e arqueologia parecem não fazer sentido como substantivos conjugados em qualquer título. O primeiro significa uma instituição, ao passo que o segundo uma ciência. O conceito de arquivo transporta-nos quase de imediato para a noção de um espaço físico de depósito de documentos, enquanto que o vocábulo arqueologia nos leva a uma ideia abstracta de ruínas, de artefactos ou, somente, de conhecimento do passado.

Apesar desta aparente falta de relação entre arquivos e arqueologia, ambos têm dois objectivos comuns: preservar o património histórico e, simultaneamente, dá-lo a conhecer. Arquivos (ou a ciência arquivística) e arqueologia estão, por isso mesmo, vocacionados para preservar a memória comum o que, por si só, já constituiria um tema de abordagem interessante.

Contudo, não pretendemos falar aqui dos arquivos ou da arquivística propriamente ditos, ao que sempre nos escusaríamos por falta dos conhecimentos mais fundamentais na área, mas antes dos documentos depositados em arquivos e da sua importância para o trabalho arqueológico. O facto de este texto ter sido apresentado em conferência<sup>1</sup> no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) obriga-nos à deferência, perante o amável convite da sua directora, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Malheiro, de colocar o arquivo em primeiro lugar. Obriga-nos, ainda e de sobremaneira, a buscar exemplos em documentos existentes no arquivo da autarquia vimaranense, o que tentaremos fazer sempre que possível.

Como ciência, a arqueologia procura beber, e encontramos-la cada dia mais sequiosa, informações noutros campos do saber. É desta necessidade básica que nasce a relação com os documentos históricos depositados nos arquivos e é, fundamentalmente, sobre a problemática da relação entre duas áreas do saber que nos iremos debruçar aqui. Centrando-nos na arqueologia, e partindo da análise dos corolários teóricos desta ciência, buscaremos a razão de ser de uma cooperação.

<sup>1</sup> Conferência proferida no dia 22 de Setembro de 2006 no âmbito das Jornadas Europeias de Património: “Património... Somos Nós”. Agradecemos à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Marques, presentemente directora deste Arquivo Municipal, a oportunidade de publicar este texto.

Longe vão os tempos em que se podia dizer que alguém, como se disse de Santo Alberto Magno, sabia tudo o que havia para saber. Não tão longe vão os tempos em que um cientista se podia arrogar conhecer sem ir buscar conhecimento a outras ciências. Ora, falar de documentos históricos e de arqueologia reportanos, necessariamente, para conceitos tão básicos como o de interdisciplinaridade e, glosando a relação entre arqueologia e história, procuraremos ver como um e outro saber podem, e nalguns casos devem, usar as fontes dos outros para melhor compreender o passado.

## 2. ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA HISTÓRICA

A arqueologia é história—o seu objecto é o Homem no passado e, como tal, o saber que produz é, essencialmente, um saber histórico. Todavia, mais do que estudar o homem de forma meramente genérica, a arqueologia estuda as acções do homem, *res gestae* nas palavras que Collingwood (1994, p. 20) aplicava à história, através dos vestígios materiais dessas mesmas acções.<sup>2</sup>

Sendo uma ciência histórica, a arqueologia começa por divergir da história tradicional pelas fontes que usa. A história trabalha preferencialmente sobre documentos escritos ao passo que a arqueologia trabalha sobre todos os vestígios que representem uma acção do homem, quer esta tenha sido intencional ou não (cf. Childe, s.d., p. 12). Desta forma, as fontes condicionam a actividade das duas ciências a dois grandes níveis: por um lado, o do espectro cronológico e, por outro, o dos métodos de abordagem do objecto.

Por se “basear”<sup>3</sup> no documento escrito, a cronologia de acção da história vê-se obrigada a trabalhar um período posterior a cerca de 3000 a.C. A arqueologia, por seu turno, permite-se estudar o homem desde que existem artefactos por ele fabricados. O conceito de *homo faber* (o homem capaz de fazer, para além de simplesmente manipular, artefactos) é, entre outras, uma das balizas do princípio do estudo arqueológico e, como tal, o seu espectro de acção começa há cerca de 2,5 milhões de anos. Este facto não é de somenos importância pois, tendo em conta estas datas, vemos que a história estuda apenas 0,12% da História da Humanidade.

No que concerne aos métodos de abordagem do objecto, as fontes da arqueologia divergem das da história por não permitirem um “acceso directo al pensamiento del pasado” (Trigger, s.d., p. 350). O documento escrito da história deixa conhecer as acções mas também muito do que se prende com o foro ideológico do autor do documento. Convenhamos, contudo, que se por um lado o historiador parece ter o seu trabalho facilitado, esta exposição do homem ideológico no documento escrito exige maiores precauções, obrigando-o a validar o documento não só ao nível da sua autenticidade como, também, da sua veracidade. Ao contrário dos dados arqueológicos, o documento escrito poder ser intencionalmente enganador. Tenhamos para isso, como exemplo, as cartas de fundação de mosteiros em Portugal que foram forjadas durante a Idade Média apenas com o intuito de tornar cada mosteiro mais antigo do que o outro. O documento arqueológico, por seu lado, não é, em princípio, intencionalmente enganador. Há dados que podem ter desaparecido, há perturbações pós-deposicionais e há, muitas vezes, dificuldades na análise das relações estratigráficas. Contudo, a intencionalidade da indução no erro por parte do autor de uma acção não deve ser tida em demasiada conta. Quando, por exemplo, um construtor de uma igreja reutiliza uma ara romana como pedra para assentamento de um altar, isso não significa que ele pretenda que pensemos que esse altar é romano.

Apesar destas e de muitas outras diferenças, algumas das quais veremos ao longo deste texto, história e arqueologia cruzam os seus campos de acção. A arqueologia surge, ainda que ao jeito de “caça ao tesouro” do

<sup>2</sup> “Não é nossa intenção discutir aqui as diferenças entre a arqueologia europeia e americana, nem tão pouco fazer uma oposição à famosa afirmação de Willey e Phillips (1958, p. 2): “American archaeology is anthropology or it is nothing”. No contexto europeu, e no caso português em concreto, a arqueologia tem vivido associada à história, nomeadamente nos meios académicos, não obstante a tendência para uma cada vez maior independência.”

<sup>3</sup> Em sentido estrito, já que, em sentido lato, as fontes da História são extremamente abrangentes.

séc. XIX, como uma forma de análise histórica e desenvolve-se como uma disciplina da história. Por essa razão, houve desde cedo um grande investimento da arqueologia na descoberta e escavação de sítios e monumentos históricos. Torna-se, aliás, extremamente difícil de dissociar a arqueologia das fontes históricas e, sobretudo, torna-se evidente a importância da arqueologia para trazer à luz novas fontes históricas.

Tomemos como exemplo a civilização pré-clássica. O mundo Sumério, o dos “inventores” da escrita, é descoberto sem qualquer intenção. Os ingleses de oitocentos, em busca de uma rota mais segura para o comércio com o oriente através do Eufrates, aventuram-se pela mesopotâmia e, aí, procuram as cidades bíblicas da Babilónia (Carreira, s.d., p. 99). Uma fonte histórica, a Bíblia (e com ela alguns dos autores clássicos) suscita descobertas arqueológicas e estas, por sua vez, virão a dar novas fontes à história: o assalto ao oriente permitiu a descoberta de inúmeros painéis e tijolos com inscrições. Estes não eram completamente desconhecidos do ocidente europeu já que, no séc. XVII, alguns destes tijolos ilegíveis haviam sido trazidos de uma viagem à Ásia Interior pelo italiano Pietro della Valle. Foi, contudo, apenas cerca de 200 anos mais tarde que Georg Friedrich Grotefend e Henry C. Rawlinson começaram a decifrar o sumério (Carreira, s.d., p. 20). Hoje, como diz Samuel Noah Kramer (s.d., p. 16) “os sumérios são um dos povos melhor conhecidos do Próximo Oriente antigo”.

Neste como noutros casos, a contribuição da arqueologia para a história e a linguística tem sido enorme. Por exemplo, só em Tell Mardich (Síria), a antiga cidade de Ebla, apareceram três arquivos com mais de dezasseis mil placas (Carreira, s.d., p. 21).

A ligação da arqueologia à história não é, todavia, isenta de contestação. No final da década de 60 do séc. XX, um grupo de arqueólogos, principalmente norte-americanos e ingleses, começaram a criticar algumas das bases teóricas da chamada *arqueologia histórico-culturalista*.

Não interessa aprofundar aqui demasiado esta questão. Convém, contudo, abordá-la devido à sua importância na forma como as novas correntes arqueológicas acabaram por influenciar a maneira do arqueólogo olhar para o seu objecto de estudo.

A *nova arqueologia*, ou *arqueologia processual*, surgida principalmente das obras de Lewis Binford e David Clarke, opôs-se à tradicional perspectiva *histórico-culturalista* de Gordon Childe. Numa época de autoconfiança e materialismo generalizados como foi o pós Segunda Guerra Mundial, o pensamento arqueológico, sob grande influência norte-americana, precisou de se justificar perante a opinião pública como sendo científico e útil (Trigger, s.d., pp. 271 e 293). Desta forma, imbuída de um espírito neo-positivista e neo-evolucionista, a *nova arqueologia* vai procurar explicar o passado, através de generalizações que recaem sobretudo na forma como se processam as mudanças e não descrevê-lo como, supostamente, o tinha feito até aí a arqueologia tradicional (Binford, 1972, p. 27, Renfrew & Bahn, 1991, p. 35; Trigger, 1970, p. 27).

Na verdade, ainda que procurando afastar-se ao máximo da história, a *nova arqueologia* não conseguiu abandonar dois conceitos básicos daquela ciência: espaço e tempo. Para além disso, acabou por se aproximar mais ainda de um dos principais objectivos da história: “to interpret specific events” (Trigger, 1970, p. 36). Apesar deste aparente contra-senso, aqui radicar-se-á uma das mais importantes contribuições da *nova arqueologia* para o saber arqueológico. No intuito de explicar e interpretar um determinado fenómeno, os arqueólogos vêem-se obrigados a procurar o máximo de informações na terra e nos artefactos passando, para isso, a socorrer-se de uma quantidade quase infindável de ciências que, aparentemente, nada têm a haver com as ciências humanas.

O aparecimento de uma nova técnica, como a metalurgia do ferro, não é por si só resposta e os arqueólogos começam a procurar conhecer, também, como se processa essa nova tecnologia, a forma como se chega a ela e, sobretudo, as repercussões que ela teve sobre as sociedades que a produziram. Isto obriga a um diálogo com outras ciências e, conseqüentemente, a uma forte interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A cisão radical entre arqueologia e história, mais forte nos Estados Unidos do que na Europa, parece hoje quase ultrapassada em grande parte devido à expansão das fronteiras cronológicas do património para “um passado cada vez mais próximo do presente” (Choay, 2000, p. 184). Um exemplo disto é o incremento da prática arqueológica em ambiente urbano e enquadrada em trabalhos de preservação de bens patrimoniais, o que leva à necessidade de olhar para os novos dados arqueológicos também como dados históricos. Desta reaproximação entre arqueologia e história, parece-nos, só poderão vir vantagens quer técnicas quer teóricas pois a arqueologia, como qualquer ciência, obtém conhecimento de forma cumulativa e, assim sendo, aquilo que realmente a pode tornar fecunda será uma tentativa de conciliação de perspectivas (Alarcão, 1996).

Em Portugal, o regresso à necessidade de conciliar o pensamento arqueológico com o histórico faz-se, de forma muito gradual, a partir dos anos 80 e, curiosamente, sob grande influência da Lei de Bases do Património Cultural Português. No N.º 1 do Artigo 41 da lei 13/85 de 6 de Julho, é deliberado que:

“a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja acompanhada por técnicos especializados”.

Seguidamente, no ponto 2 do mesmo artigo, previa-se que:

“no caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, deverão obrigatoriamente prever-se os meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos de prospecção e eventuais salvamentos que, na sequência de projectos específicos aprovados pelos serviços competentes do Ministério da Cultura, se julguem necessários.”

Esta obrigatoriedade de realização de trabalhos arqueológicos confrontou os profissionais com questões que, até aí, raramente se colocavam, alargando definitivamente o espectro cronológico de acção dos arqueólogos e fazendo-os preocupar-se com temas antes (quase) inexplorados. Mais ainda, a arqueologia medieval e pós-medieval<sup>4</sup> passaram a ser reconhecidas por quase toda a comunidade científica e, o que até à altura era considerada com desprezo como “louça da avozinha”, passou a ser um objecto de estudo cada vez mais atento.

Obviamente que algumas incursões sobre a arqueologia medieval haviam sido feitas já e com enorme mérito, entre outros, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Manuel Luís Real ou Cláudio Torres. Todavia, a grande maioria dos estudos sobre monumentos medievais e modernos relacionavam-se principalmente com a história da Arte e raramente recorriam à escavação ou a outros métodos de trabalho arqueológico.

A consciência de protecção do património arqueológico e histórico conduz à óbvia necessidade de não encarar o sítio arqueológico isoladamente. Conhecer um sítio arqueológico obriga a retirar dele o máximo de informação possível mas obriga, também, a procurar por outras vias respostas às questões que ele levanta. A arqueologia medieval e pós-medieval vive, desta forma, sempre ligada à história. Mesmo nos Estados Unidos, onde a arqueologia está subjugada à antropologia, a *historical archaeology* começa a ganhar cada vez mais adeptos.

### 3. AS FONTES DA ARQUEOLOGIA

Se a arqueologia é uma ciência histórica, o seu objecto é o homem. Por esta razão, pensar que o estudo arqueológico se resume a um estudo de materiais, estratigrafias e monumentos é um erro.

Na verdade, os artefactos exumados durante uma escavação ou prospecção pouco ou nada valem por si próprios, constituindo-se, antes, como *fontes directas* da arqueologia. Como dizia Gordon Childe (s.d., p. 11),

<sup>4</sup> Enquadramos aqui também a Arqueologia Industrial dado que temos usado uma divisão cronológica.

“todos os dados arqueológicos constituem expressões de pensamentos e finalidades humanas e só têm sentido como tal.” O fim último da arqueologia são as *causas* e não os *efeitos*. Aos arqueólogos não interessam as técnicas de produção cerâmica mas as causas que levaram à utilização dessas mesmas técnicas ou o porquê da escolha de uma opção em detrimento de outra. Não nos interessa tanto se uma igreja tem galilé mas mais a razão da construção dessa galilé.

A história superou, há muito, esta questão. Um historiador raramente se preocupa em descrever minuciosamente os documentos que usa como fonte dos seus trabalhos. Quando estuda esses documentos faz a sua crítica (heurística e hermenéutica) e, se para isso estiver realmente habilitado e for um bom paleógrafo, é capaz de dizer quantas vezes o autor do documento molhou a pena no tinteiro. Contudo, a não ser que a sua investigação seja eminentemente paleográfica, nunca se preocupará com essas pormenorizações na publicação final.

A arqueologia, ao contrário, trabalha directamente com fontes *mudas*. Com raras excepções, como as da arqueologia histórica em que a escrita já é usada e podem aparecer documentos escritos durante uma escavação, as fontes da arqueologia são materiais apáticos que permitem apenas a utilização da dedução como método de análise final. Aqui reside outra das grandes diferenças na forma como o arqueólogo e o historiador se relacionam com as fontes: as fontes da arqueologia obrigam, na sua maioria, à dedução ao passo que as fontes da história têm um elevado potencial de indução. O documento escrito é, em si mesmo e de forma imediata, uma fonte a dois níveis: ao nível da própria técnica de criação da fonte (o suporte, o tipo de letra, a tinta usada, etc.) e ao nível da mensagem que nos transmite (um testamento, um contrato comercial, uma inscrição honorífica, etc.). Por seu lado, a fonte arqueológica apenas actua junto do arqueólogo, pelo menos de forma imediata e na maioria dos casos, naquele primeiro nível. Quando o arqueólogo encontra um machado, este apenas lhe transmite a sua forma e técnica de produção. Tudo o resto tem que ser deduzido das características do instrumento: se se trata de um machado votivo, para cortar madeira, de uma arma, etc. Além disso, um machado de pedra não nos vai dizer muito sobre quem o usou, nem tão pouco sobre a organização social do povo que fabricava este tipo de artefactos.

Vejamos um exemplo simples. Na Crónica de D. João I, Fernão Lopes conta-nos como o rei D. Fernando havia gasto “sem necessidade per vaãs guerras e sem proveito” (Lopes, s.d., p. 98) o tesouro régio arrecadado pelos seus antecessores. De tal forma isto aconteceu que D. João, Mestre de Aviz e regedor e defensor do reino, se viu obrigado a cunhar moeda para sustentar as suas campanhas. O cronista continua a narração descrevendo o valor, as relações, os nomes e a liga destas novas moedas. É isto o que nos pode dizer uma fonte histórica: o motivo da cunhagem de moeda, os responsáveis por essa cunhagem, o valor monetário das peças, etc.

Num contexto arqueológico, poderíamos encontrar moedas de D. Fernando num estrato antigo e moedas de D. João num estrato mais recente. Contudo, o aparecimento de tipos de moedas diferentes só nos levaria à conclusão da existência de uma mudança na circulação monetária neste período. Tudo o resto teria que ser deduzido mas com enorme dificuldade. O enfraquecimento do tesouro régio não é, de imediato, a causa do aparecimento de uma moeda diferente. Razões de carácter mais directo, como o valor simbólico da efígie ou da legenda com o nome do novo governante, são, por norma, aquelas que aparecem na primeira linha.

Eis uma das grandes dificuldades das fontes da arqueologia. Uma das suas limitações. E, contudo, as fraquezas podem transformar-se, simultaneamente, em mais valias. Perante este “mutismo” das fontes, os arqueólogos especializaram-se na descrição, catalogação e seriação das mesmas. O cerne da criação de tipologias está na verificação de semelhanças e dissemelhanças nos materiais procurando, daí, extrair o máximo de informações possíveis. A mudança de técnicas e de hábitos é, muitas vezes, mais palpável no registo arqueológico do que no registo histórico. E se para períodos pré-históricos esta análise é crucial, ela não deixa de ser importante para períodos mais recentes.



Uma outra riqueza da arqueologia está, como já atrás aludimos, na forte interdisciplinaridade a que os arqueólogos se “vêem obrigados”. A tentativa de retirar o máximo de informações possíveis de um artefacto obriga a uma análise detalhada que, muitas vezes, passa por análises laboratoriais feitas por especialistas de áreas completamente distintas da arqueologia: físicos fazem datações por termoluminescência ou radio-carbono; biólogos estudam sementes e restos de animais, etc. Talvez por isso algumas pessoas fiquem espantadas quando se lhes diz que os arqueólogos estudaram (no caso de Portugal) numa faculdade de letras. Clarifiquemos, todavia: o arqueólogo não é físico nem biólogo, ele precisa apenas de saber os fundamentos de uma técnica científica para averiguar a sua aplicabilidade em cada caso concreto.

Posto isto, procuremos, agora, fazer uma sistematização do que foi exposto atrás, dividindo as fontes da arqueologia em dois grandes tipos: fontes primárias ou directas e secundárias ou indirectas.

As fontes primárias da arqueologia são todos os vestígios materiais da actividade humana. Em sentido estrito, são os vestígios que resultam do trabalho de campo da arqueologia: escavação e prospecção (nos seus variados tipos desde a prospecção visual a outras que recorrem a tecnologia sofisticada de detecção no sub-solo). Assim, um artefacto, um piso, um monumento e uma fogueira podem ser consideradas fontes directas da arqueologia.

Também poderão ser fontes directas os artefactos em depósito (de um museu, por exemplo) que sejam alvo de um estudo posterior à sua descoberta. É o que acontece quando um arqueólogo procede ao estudo de materiais exumados em escavações antigas. Contudo, neste caso, os materiais comportam-se de forma distinta dos anteriores. Dado que uma escavação é sempre algo de muito pessoal, determinadas decisões tomadas pelo arqueólogo no campo estão sujeitas a um elevado grau de subjectividade. Este facto não diminui o potencial da informação retirada já que o importante é a capacidade que o arqueólogo tem de interpretar o sítio e os dados que dele recolhe. Todavia, se estas decisões não forem suficientemente bem expressas pelo seu autor (de preferência em publicação ou no caderno de campo), o investigador que se venha a debruçar mais tarde sobre estes dados terá uma enorme dificuldade em extrair deles qualquer informação. Como dizia Gordon Childe (s.d., p. 12), “para que um objecto tenha um significado decifrável por um arqueólogo, é preciso que tenha sido encontrado dentro de um *contexto*”. Por essa razão, caso não seja possível atribuir um contexto claro a estes artefactos (o que nem sempre é fácil, nomeadamente quando se trata de muitas das escavações do séc. XIX), eles acabam por se transformar em fontes indirectas.

As fontes secundárias ou indirectas são muito mais abrangentes do que as anteriores. Enquadram-se aqui todos os dados que possam acrescentar mais alguma informação àquilo que foi detectado no registo arqueológico. Quando Plínio-o-Velho diz “*Universa provincia dividitur in conuentus tres, Emeritensem, Pacencem, Scalabitanum*” (Plin. 4, 117 *apud* Guerra, 1995, p. 34)<sup>5</sup>, dá a informação dos conventos em que se divide a Lusitânia. Esta informação é importante no âmbito da história antiga mas não é uma informação de cariz arqueológico. É extremamente útil para os arqueólogos que estudam arqueologia clássica mas serve apenas como complemento ao seu estudo. Da mesma forma, podemos considerar como fonte indirecta da arqueologia medieval o testamento de Mumadona Dias ou as gravuras de Duarte D’Armas, dado que eles não constituem registo arqueológico propriamente dito.

São, ainda, fontes indirectas da arqueologia, os dados de outras ciências que, apesar de não terem relação directa com as ciências históricas e mesmo as humanas, ajudam a compreender alguns dos factores que influenciam a acção do homem. Por exemplo, a descoberta de artefactos de sílex em zonas onde, através da geologia, se sabe que este tipo de rocha não existe, obriga os arqueólogos a procurar a forma *como* esses artefactos chegaram até ali. As respostas podem ser variadas, podendo ir desde a perspectiva da grande mobilidade de comunidades que recolhem essas rochas por si mesmas até à da existência de contactos, comerciais ou de outra índole, com outros povos de regiões mais ou menos distantes. Um outro exemplo pode encontrar-se facilmente, também,

<sup>5</sup> “A província no seu conjunto divide-se em três conventos: o Emeritense, o Pacense e o Escalabitano” (Guerra, 1995, p.35).

nalguns artefactos metálicos. Se seguissemos uma linha meramente evolucionista, diríamos que às pontas de lança em pedra teriam sucedido as metálicas em cobre. Todavia, sabemos pela experiência da física e do comportamento dos materiais que alguns dos artefactos feitos em cobre não têm grande utilidade prática pois, devido às características deste metal, a sua capacidade de ferir um animal ou um adversário fica muito aquém do desejável. Daí se compreenda que muitos destes artefactos tenham uma função mais simbólica do que prática e que, por isso mesmo, sirvam principalmente como objecto de adorno.

## 4. ARQUIVOS E ARQUEOLOGIA

### 4.1. A Cooperação de Fontes

Em que podem contribuir os arquivos, ou melhor, a documentação existente nos arquivos, para o conhecimento arqueológico?

Diz Marrou (s.d., pp. 69-70), que um documento é “toda a fonte de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento humano”. Assim sendo, as ciências históricas têm que se socorrer do máximo de informação possível. Na busca de um conhecimento mais completo, os arqueólogos precisam de consultar fontes que, apesar de não serem primárias, o ajudem a perceber melhor os contextos em que trabalham.

Um dos problemas da arqueologia reside no facto de trabalhar com uma ínfima parte dos vestígios representativos da acção humana. Já dissemos que estes vestígios se caracterizavam por um forte mutismo mas, tão importante quanto isso, é o facto de o tempo apenas deixar sobreviver os materiais menos perecíveis. Assim, o arqueólogo trabalha com fontes relativamente pouco representativas do quotidiano dos homens. Os artefactos metálicos, cerâmicos, vítreos e líticos são os que se encontram com mais regularidade e, mesmo assim, com frequência demasiado fragmentados ou deteriorados.

Para termos uma ideia das dificuldades que se levantam na análise comportamental através dos artefactos encontrados em escavação, usaremos um exemplo que, aliás, já foi proposto por V. Gordon Childe (s.d., p.10). Simulemos um incêndio dramático na Colegiada da Oliveira no ano de 1588. O incêndio destruiu o edifício e a igreja e, 500 anos mais tarde, um grupo de eminentes arqueólogos faz ali escavações. Depois de escavarem um derrube de terras, numa camada de cinzas acabam por encontrar: vestígios de um altar de prata, de alguns cálices de prata e patenas, de cruzes de prata, de arcas de prata, de turíbulos, de sinos, campainhas, galhetas, pregos, castiçais de prata e latão, etc.

Peguemos agora no *Livro do Inventário da prata ornamentos e peças da Colegiada e muy devota Igreja de Nossa Senhora da Oliveira da Villa de Guimarães* (AMAP, C-10), de 1585 e vejamos o que nos falta: capas, vestidos de N<sup>a</sup> Senhora, dalmáticas, frontais de altar, panos de armar, alcatifas, alvas, manípulos, corporais, amitos, toalhas, estantes, bancos, escabelos, livros, pálios, arcas... O nosso inventário não é exaustivo mas permite-nos ver que a variedade de alfaia litúrgica e bens que se perderam durante o incêndio é enorme e que muitas das que possam ter sobrevivido ao incêndio, ter-se-ão deteriorado de tal forma que delas não resta qualquer vestígio actualmente.

Usámos, para o exemplo, uma simulação de uma escavação arqueológica: estratigrafia sumária, estruturas, artefactos. Mas usámos também um documento. Isto é cooperação de fontes: a tentativa de uma análise tão global quanto possível do sítio arqueológico.

Como fontes secundárias da arqueologia, os documentos dos arquivos são fundamentais para aprofundar os conhecimentos obtidos pelo trabalho de campo a vários níveis. Textos escritos e arqueologia deverão apoiar-se mutuamente e, em conjunto, *dar a conhecer, verificar* (confirmar e infirmar) e *inferir* dados. Não podemos concordar com Victor Gonçalves quando diz que “*textos escritos e arqueologia* têm necessariamente de fazer

comum caminho e a segunda verificar, confirmar ou infirmar, os primeiros” (Gonçalves, 1995, p. 10). Partir deste pressuposto é colocar a arqueologia na ingrata posição de juíza do documento.

É naqueles três sentidos, achamos, que se torna fundamental a cooperação de fontes. Perante a perspectiva de abordagem de um sítio arqueológico histórico, o investigador deveria procurar documentar-se não só com bibliografia mas também com o máximo de fontes escritas. Obviamente que isto nem sempre é possível mas as vantagens do conhecimento da documentação são enormes inclusivamente ao nível da preparação da escavação pois, não só torna mais fácil a sua planificação como, por outro lado, permite ao arqueólogo equacionar abordagens diferentes para espaços distintos.

Vejamos, com o auxílio de mais alguns exemplos, como é que esta cooperação se pode dar.

Em primeiro lugar, as fontes escritas servem para *conhecer* um dado concreto que pode ir desde uma data, por exemplo a data de edificação de um dado monumento, até à descrição pormenorizada de um determinado espaço. Outras, permitem-nos conhecer acções, técnicas, etc. O conjunto de informações que se podem retirar da documentação escrita são enormes.

Na sua Crónica, Idácio de Chaves diz que Conímbriga foi atacada pelos Suevos em 465 e 468 d.C. (Idácio, 229 e 241.II) Esta informação do bispo flaviense permite aos arqueólogos que trabalham em Conímbriga relacionar determinados níveis de ocupação com datas muito concretas.

O caso de Conímbriga é, contudo, excepcional. Infelizmente para os arqueólogos, o conhecimento de datas concretas e precisas é raríssimo quando se fala de história antiga. No entanto, para a história medieval, moderna e contemporânea, o manancial de informações vai aumentando.

Num dos tombos de propriedades e foros da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, está descrito o “reconhecimento que fizeram João Soares, e sua mulher de casas, e rexió” (AMAP, C–1403, fl. 474v) que traziam emprazadas na rua Sapateira, em 2 de Janeiro de 1682:

“tem portal grande em duas portas e repartimentos na logia e salla e camara e sobre sobrado [esy] que no rexió para detraz e está pegada da banda de baixo na propria parede da Igreja da casa da Miziricordia que daquella banda serve de tapajem a mesma casa que sendo toda medida de sua largura pella banda da Rua tem de nacente a poente coatro varas e duas tersas por dentro das paredes e de cumprido des a porta da Rua athe a de detras tem de norte a sul outo varas e meya e o Rexio de detras tem des a porta da caza delle athe ao diante a parede com que se [tapa] de norte a sul sinco varas e de largo coatro varas de nacente a poente e parte da banda do poente com a parede da Igreja da Miziricordia e de sima do nacente com a casa do cabido de Francisco Duarte Franco e o Rexio parte do sul com o quintal da casa de Magdalena Nogueira e a casa da banda do norte com a Rua sapateira e terreiro da Miziricordia” (AMAP, C–1403, fl 475v).

Perante esta fonte, o arqueólogo fica a conhecer a forma como se articulava aquele *espaço* num *tempo* concreto (1682) – a localização da casa, a sua posição face à rua, a localização do rexió, etc; as medidas da casa e do rexió (por dentro das paredes); o pormenor arquitectónico do “portal grande em duas portas”, da existência de “repartimentos”, etc. A importância destes dados é óbvia. Ao escavar naquele sítio, mesmo que a área onde a escavação se desenvolve tenha sofrido alterações, o arqueólogo pode aperceber-se onde estão, pelo menos, os espaços interior e exterior da casa. Poderá determinar, ainda, os hábitos das pessoas em cada lugar através, por exemplo, da avaliação da existência de tipos de artefactos diferentes em espaços diferentes.

As fontes escritas servem, também, para *verificar*, ou seja, para confirmar ou infirmar. Neste campo há, contudo, uma necessidade de enorme precaução da parte do arqueólogo. A arqueologia não é, como dissemos, juíza do documento escrito devendo humildemente pensar que o conhecimento que produz é tão limitado quanto o que é possível extrair de um documento de arquivo e o documento escrito pode sempre desmentir uma evidência arqueológica.

No exemplo anterior, o do reconhecimento das casas de João Soares, está inerente o potencial de verificação do documento escrito. Durante a escavação, o arqueólogo pode ir reconhecendo os espaços e, simultaneamente, saber se correspondem, ou não, àqueles que são transmitidos pela fonte do arquivo. Se os vedores da colegiada não se enganaram, a arqueologia irá, com certeza, confirmar aqueles dados.

O caso de Guimarães é, no campo da verificação mútua, muito eficaz. Um número bastante significativo de escavações arqueológicas realizadas no centro histórico não revela vestígios de uma ocupação medieval. Para isto contribuem diversos factores sendo, um dos mais importantes, o facto de as escavações realizadas na cidade estarem condicionadas por obras. Curioso é pensar que, se apenas nos detivéssemos no registo arqueológico, a Guimarães medieval era um espaço quase vazio rodeado por muralhas do séc. XIII e que tinha sofrido um enorme incremento populacional a partir do séc. XVIII. Ora, os dados dos arquivos desmentem completamente esta evidência arqueológica, sabendo nós que Guimarães sempre teve zonas com elevada densidade populacional. A ausência de vestígios terá, então, que ser justificada por algum motivo que não a ausência de ocupação.

Conhecer, verificar e, finalmente, *inferir* novos dados. As fontes escritas e as fontes arqueológicas são, em si mesmas limitadas. Mas permitem, usando a expressão inglesa, *to put two and two and make a five of it!* Analisemos um caso concreto.

*Os dados do historiador:* Joaquim Veríssimo Serrão sugere que as trocas comerciais de Portugal com o norte da Europa, nomeadamente o norte de França, durante o século XIII consistiam fundamentalmente na exportação de vinho e sal e na importação de madeira, pão, ferro e outros metais (Serrão, 1995, p. 212). O historiador baseia as suas informações em documentação coeva, nomeadamente uma carta de 12 de Março de 1254 (cf. Serrão, 1995, p. 213, nota 83).

*Os dados do arqueólogo:* durante as escavações no logradouro da sede da Associação Comercial e Industrial de Guimarães, em 2005, apareceram, num silo aberto no saibro, alguns fragmentos de cerâmica francesa, provavelmente produzidas em Rouen e datáveis da segunda metade do séc. XIII.

Esta descoberta, que consideramos importante a vários níveis, permite-nos deduzir que, para além das importações conhecidas pelos documentos de arquivo, os mercadores portugueses importavam, também, cerâmicas de alta qualidade, nomeadamente estas, conhecidas como *céramiques très décorées*.

## 4.2. Dois Exemplos Possíveis

Depois desta exposição mais teórica, passaremos a dois exemplos de trabalhos arqueológicos em Guimarães que podem demonstrar, ainda que de forma humilde, como é possível esta cooperação entre arquivos, ou melhor, a documentação dos arquivos, e a arqueologia.

### 4.2.1. Escavações arqueológicas no Largo da Mumadona (2003)

Em Abril de 2003, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu realizar escavações arqueológicas no Largo da Mumadona, de forma a averiguar o impacto que o projecto do parque de estacionamento subterrâneo poderia ter sobre bens patrimoniais enterrados no sub-solo. A escavação foi dirigida pelo signatário, e os resultados encontram-se para publicação na Revista de Guimarães.

Até ao séc. XX, toda esta zona era preferencialmente ocupada por terrenos agrícolas, algo que, para além do que já se conhecia da Idade Média, especialmente através dos trabalhos de Conceição Falcão Ferreira (Ferreira, 1989, pp 59 e 64), se pode constatar pelo Mapa de Expropriações (AMAP – F.M.F. P.9.43) a realizar para a execução do projecto de remodelação daquele espaço, da autoria do Eng<sup>o</sup> Auxiliar de 1<sup>a</sup> Classe António Martins Ferreira em

1924. Neste documento pode ler-se que seriam expropriados um terreno de lavradio, dois quintais e uma casa de António Teixeira de Aguiar. Também na Memória Descritiva para a mesma obra, se diz que

“as expropriações são de terrenos onde ainda não há construções, com pequenos cortes de quintais que ainda ficam muito grandes, assentando a praça na sua maior superfície em lavradios, e sendo relativamente insignificantes os movimentos de terras para a terraplanagem”. (AMAP, F.M.F. P.9.45)

Por estes exemplos se compreende a inexistência de estruturas correspondentes a edifícios anteriores ao primeiro quartel do séc. XX.

Se não podemos falar de edifícios, apareceu, contudo, uma estrutura que, desde o princípio e ainda hoje levanta algumas questões interessantes. Trata-se de uma mina de água que atravessa a praça no sentido Norte – Sul. Acreditamos que, pelas suas características, apresentando uma calha central que permitia um correcto escoamento de águas, por vezes com caixas de decantação de areias, se trata de uma das minas que abasteciam a cidade com águas vindas da Penha. Barroso da Fonte (2000, pp. 63 – 65) descreve uma estrutura semelhante em frente ao Paço dos Duques mas atribui-lhe uma função menos prosaica, baseando-se na obra de Alexandre Herculano “O Bobo”. Aquele autor sugere que a estrutura por ele identificada se trataria de um túnel do castelo. Pelo que conseguimos ver nas escavações do Largo da Mumadona, discordamos dessa opinião ainda que não descartemos a hipótese de aparecerem estruturas defensivas enterradas.

A mina, que pudemos percorrer num total de 140 m, encontrava-se obstruída quer a Norte quer a Sul. Para além da entrada por onde fizemos o acesso, encontra-se uma outra mais acima, já em plenos jardins do Paço dos Duques. A Sul, entre a muralha e o tribunal, uma caixa de visita da Vimágua permite aceder ao fim da mina. Acreditamos que esta mina corresponderá a um ramal de água que, vindo da mãe de água pela R. do Cano de Cima, actual R. de D. Mafalda, percorreria o caminho ao longo da muralha na actual Av. Alberto Sampaio.

O conjunto mais significativo de estruturas identificadas durante a escavação corresponde, porém, ao edifício dos Paços do Concelho, obra pela qual sempre lutou Mariano Felgueiras e da autoria do Arquitecto Marques da Silva. Tratava-se de uma obra que, segundo o seu autor, deveria “representar a síntese das tradições históricas da cidade e marcar a sua feição individualista” (AMAP, F.M.F., P.5.150, p. 7).

A sobreposição da planta de estruturas exumadas pelos nossos trabalhos com uma outra existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP, F.M.F., 38-III-42), permite-nos chegar à conclusão de que estamos perante a área Norte daquele edifício. A construção, ao nível dos alicerces e sem grande preocupação pelo aparelho das pedras, apresentava vestígios de piche que serviria para a impermeabilização das paredes.

Uma outra estrutura que apareceu durante a escavação foi um cano rateiro construído com pedras faceadas apenas no seu lado interior. Fazia uma curva pronunciada no centro da praça de forma que, na zona Norte tinha uma orientação sensivelmente NE – SW e na zona Sul a sua orientação era NW – SE. Esta estrutura, que à data estava ainda a servir de colector de águas residuais da praça, poderá relacionar-se com a construção dos Paços do Concelho. No entanto, não parece corresponder ao “aqueducto ou cano colector” descrito no respectivo projecto (AMAP, F.M.F., P.9.44).

Para finalizar, faremos apenas uma nota à muralha, da qual não encontrámos qualquer vestígio, o que é de estranhar dado que pelo seu alinhamento parece atravessar parcialmente a praça. A ausência de vestígios, quer de elementos positivos, como silhares estruturados, quer de elementos negativos, como seria a sua vala de alicerce, leva-nos a acreditar que, nesta zona, a muralha deveria fazer uma pequena inflexão.

Curiosamente, a dificuldade que agora temos em delinear o traçado da muralha havia sido prevista já por Mário Cardoso. Recordemos o que aquele arqueólogo vimaranense afirmou em 1957 com respeito à remodelação do pano de muralha na esquina da R. Condestável Nun'Álvares com a Av. Alberto Sampaio: “tudo isto servirá de

quebra-cabeças a futuros investigadores que um dia se preocupem em reconstruir teoricamente o velho traçado da muralha!” (Cardoso, 1957, p. 208).

#### 4.2.2. Escavações na Casa dos Lobo Machado (2004–2006)

Em Setembro 2004 iniciámos escavações arqueológicas na Casa dos Lobo Machado, sede da Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG). A ACIG pediu à Câmara Municipal de Guimarães o apoio do seu arqueólogo para a execução das sondagens prévias à remodelação do edifício, ao que foi dado deferimento pelo Sr. Presidente da Câmara.

Como os trabalhos decorreram até aos inícios de Setembro de 2006, não tivemos ainda oportunidade de fazer um estudo histórico profundo sobre o edifício. Alguns apontamentos iniciais foram já apresentados ao I Congresso Internacional de História, na Universidade do Minho (Braga) em Dezembro de 2005 e espera-se a sua publicação em actas para breve.

A casa dos Lobo Machado está classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. Nº 129/77, D.R. 226 de 29/VII/77, sendo a sua fachada uma referência do barroco português. Pelo contracto de construção, já publicado por Manuel Alves de Oliveira (Oliveira, 1977), que apenas diz respeito à fachada e é datado de 1754, sabemos que os responsáveis pela obra foram os mestres Amaro Farto e Vicente Carvalho e que o proprietário do edifício era o Revº Rodrigo de Sousa Lobo, Abade de Santa Comba de Regilde.

Durante a escavação no logradouro, constatámos que existia aí uma viela que o atravessava num sentido sensivelmente E – W. Foi possível verificar que esta viela dividia duas áreas que, até muito recentemente, estavam perfeitamente delimitadas: uma Norte, correspondendo à casa dos Lobo Machado e uma outra a Sul, correspondendo, provavelmente, à casa que hoje possui o Sr. Belmiro Jordão. Este pequeno arruamento ia desde a Vuela do Anjo, que liga as antigas R. Sapateira à Rua das Ferrarias, até à Rua de Trás da Misericórdia.

Existe, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, alguma documentação sobre esta viela. Vejamos alguns exemplos.

No Mostrador Antigo da Vila, de 1682, é feita a descrição de uma casa localizada na Vuela do Anjo:

“Huma Morada de Cazas de dous sobrados que ficam nas trazeiras as do canto da Rua Sapateira que tem serventia entre ellas e caza do Hospital do Anjo pera a viela deste defronte da viella que dese pera detras da Miziricórdia as quais pessuy Manoel Gonçalvez mercador e sua mulher Margarida Nunes unidas a outras suas as coais fazem fronteira pera a Rua Sapateira paga por ellas de senso serrado em dinheiro vinte e sinco reis.” (AMAP, C-680, fl 43)

Nesta data, conforme se pode ver pelo registo arqueológico, a viela já tinha sofrido algumas mudanças de traçado devido à construção da Igreja da Misericórdia, nos finais do séc. XVI. As obras para este edifício obrigaram a uma subida da cota do terreno em cerca de 1,25 m e, para além disso, a Igreja deveria ser mais comprida do que os logradouros das casas que aí existiam anteriormente, pelo que o traçado da viela também teve que ser reformulado passando, agora, um pouco mais em direcção a SW.

Devido às obras de remodelação da capela-mor da Misericórdia na segunda metade do séc. XVIII (1762 e 1763), o seu comprimento aumentou em cerca de 8 m. Este facto originou uma nova subida da cota do terreno e, mais uma vez, o muro delimitador da viela pelo lado Norte volta a ser, também, reformulado.

Mais interessante é o que se passa posteriormente, já durante o séc. XIX. Rodrigo Lobo de Sousa Machado e Couros e a mesa definitória da Irmandade de S. Crispim assinam um contrato, a 13 de Dezembro de 1834, pelo qual ficamos a saber que:

“por elle Illustrissimo Rodrigo Lobo de Sousa Machado e Couros foi dito que era senhor e possuidor das suas duas moradas de casas citas huma na sobre dita rua Çapateira e outra à Tras da Igreja de São Paio; entre estas se mete huma viella que se acha fechada com tres portas de que cada um dos outorgantes tem chave para as suas servidões de pé e carro. E porque elle primeiro outorgante pretende commonicar os dous quintaes das suas referidas casas, tem contratado com os segundos outorgantes a permissão da referida commonicação (...)” (AMAP, 10–23–1–16, fl 1v.).

Um ano mais tarde, esta situação não estava ainda resolvida pois novo documento é lavrado entre os dois contratantes mas, o que realmente interessa neste documento, pelo menos para nós, é o facto de, àquela data, já a viela ser utilizada apenas por um número restrito de pessoas. Perdeu-se, podemos concluir, a sua importância social enquanto meio de comunicação entre a viela do Anjo e a rua Trás da Misericórdia.

Contudo, há alguns aspectos que nos parecem apontar para o facto de, em finais da Idade Média, esta viela ter um valor bastante maior do que aquele que Rodrigo Lobo de Sousa Machado e Couros lhe atribuía. Em primeiro lugar, a viela era calcetada, o que não acontecia com muitos dos arruamentos da cidade. Em segundo lugar, depois da construção da Misericórdia, ela não passa a dar acesso apenas ao adro de S. Paio. Pelo contrário, a Misericórdia acabou por criar uma passagem pública, por dentro do próprio edifício e junto à parede Oeste da igreja, permitindo a ligação da viela e do Adro de S. Paio à rua Sapateira.

Apesar do nosso estudo ser ainda muito incipiente, estes dois factos – a calçada e a criação da passagem por dentro da Misericórdia – levam-nos a acreditar que havia uma forte carga simbólica sobre este pequeno arruamento em período medieval e moderno. Pensamos mesmo que a viela terá, desde muito cedo, tido um importante papel no ordenamento religioso da cidade servindo, muito provavelmente, como delimitadora das paróquias de S. Paio e Oliveira.

## 5. CONCLUSÃO

Vimos como as fontes existentes nos arquivos podem cooperar para o progresso do conhecimento arqueológico.

Convém, contudo, fazer aqui uma nota final. Não cumpre tanto aos arqueólogos, mas mais aos historiadores, estudar os documentos. Devido à cada vez maior especialização destas duas ciências e à consequente delimitação do seu campo de acção, a obtenção de conhecimentos radica, sobretudo, no diálogo entre as diversas áreas.

Esta necessidade de diálogo/cooperação de saberes torna-se, no caso da relação arqueologia–história, cada vez mais fundamental. A tendencial autonomia da arqueologia face à história no meio académico leva, obrigatoriamente, à perda de conhecimentos técnicos e metodológicos necessários para uma correcta análise das fontes escritas.

Porque lidam fundamentalmente com palavras e ideias, as ciências humanas não são, como erradamente se pensa com frequência, campos simples de abordagem para qualquer pessoa. Da mesma forma que um arqueólogo não consegue penetrar, salvo raras excepções, no mundo da física teórica (e não o faz porque não tem conhecimentos técnicos) também não pode pensar na análise de um documento escrito de uma forma simplista. A análise histórica tem regras próprias e só o facto de termos a impressão de que essas regras são simples nos obriga a uma maior cautela – pela sua complexidade, quando se trata da sua aplicação prática, elas requerem o mesmo ou maior cuidado de outras em contextos epistemológicos de forte abstracção.

Além deste problema metodológico (a nosso ver o mais importante), torna-se evidente que uma parte significativa da arqueologia que actualmente se faz em Portugal, uma arqueologia empresarial e quase exclusivamente de salvaguarda, não consegue fazer-se acompanhar pela necessária investigação de fundo. As equipas de arqueologia têm, por norma, muito pouco tempo para estudar sítios e ainda menos tempo para fazer uma análise em gabinete dos dados trazidos à luz pela escavação. Por esta razão, é quase impossível para o arqueólogo confrontar os seus dados com aqueles que existem nos arquivos.



## 6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 6.1. Fontes do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)

AMAP, Fundo Mariano Felgueiras, P.5.150

AMAP, Fundo Mariano Felgueiras, P.9.43

AMAP, Fundo Mariano Felgueiras, P.9.44

AMAP, Fundo Mariano Felgueiras, P.9.45

AMAP, Fundo Mariano Felgueiras, 38-III-42

AMAP, Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Livro do Inventário da prata ornamentos e peças da Colegiada e muy devota Igreja de Nossa Senhora da Oliveira da Villa de Guimarães. C–10.

AMAP – Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Mostrador Antigo da Vila (1682), C–680.

AMAP, Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Primeira parte do tomo das propriedades, rendas, e foros pertencentes a esta insigne e real igreja collegiada de Nossa Senhora da Oliveira nesta villa. C–1403.

AMAP, Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, 10–23–1–16.

### 6.2. Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (1996). *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Porto, Edições Afrontamento.

BAHN, Paul (1997). *Arqueologia. Uma breve introdução*. Lisboa, Gradiva.

BINFORD, Lewis R. (1972). *An Archaeological Perspective*. Nova York, Seminar Press, Inc.

CARDOSO, Mário (1957). A Propósito das Antigas Murallas de Guimarães. *Revista de Guimarães*, 67, pp. 207-214.

CARREIRA, José Nunes (s.d.). *Introdução à História e Cultura Pré-clássica. Guia de estudo*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

CHILDE, V. Gordon (s.d.). *Introdução à Arqueologia*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

CHOAY, Françoise (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70.

COLLINGWOOD, R. G. (1994). *A Ideia de História*. 8ª Ed., Lisboa, Editorial Presença, Lda.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1989). *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães com a colaboração da Sociedade Martins Sarmento.

FONTE, Barroso da (1993). *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa – Mafra, ELO, Publicidade e Artes Gráficas, Limitada.

GONÇALVES, Victor S. (1995). *Limiar*. In GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 9–10.

GUERRA, Amílcar (1995). *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa, Edições Colibri.

IDÁCIO (1982). *Crónica*. Versão e anotação de José Cardoso, Braga, Universidade do Minho.

LOPES, Fernão (s.d.). *Crónica de D. João I*. vol. 1, s. I., Livraria Civilização – Editora.

MENDES, José M. Amado (1989). *A História Como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*. 2ª ed. Coimbra, Coimbra Editora.

OLIVEIRA, Manuel Alves de (1977). *Rectificação a uma nota de Robert C. Smith a propósito da casa dos Lobos Machados*. Braga, s.n..

KRAMER, Samuel Noah (s.d.). *A História Começa na Suméria*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul (1991). *Archaeology. Theories, methods and practice*. S. l., Thames and Hudson.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1995). *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Vol. 1, 5ª ed., s.l., Editorial Verbo.

TRIGGER, Bruce G. (s.d.). *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona, Editorial Crítica.

TRIGGER, Bruce G. (1970). *Aims in Prehistoric Archaeology*. *Antiquity*, XLIV, pp. 26–37.

WILLEY, Gordon R. e PHILLIPS, Philip (1958). *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago, University of Chicago Press.